

“BENESTARISTAS E ABOLICIONISTAS”

*Henry Salt**

Falando algumas palavras sobre uma questão que é sempre mais ou menos predominante entre os reformadores – e que infelizmente é (como nós pensamos, desnecessariamente) contenciosa entre alguns humanistas atuais – devemos abdicar de qualquer intenção de falar dogmaticamente ou partidariamente.

Assim, longe de querer estabelecer qualquer princípio evidente e inflexível, nós afirmamos que a aceitação ou recusa de compromissos – a adoção ou rejeição das denominadas “medidas paliativas” – é uma questão política, e não de princípio, e deve ser assumido por cada indivíduo ou sociedade de acordo com as condições e circunstâncias.

O que é desaconselhável não é a diversidade de métodos (já que isto, em longo prazo, pode até ser benéfico à causa), mas o mal entendido que tem ocorrido entre os “benestaristas” e os “abolicionistas”, em que os defensores das “medidas paliativas” são vistos de um lado como simples reformistas, enquanto do outro lado, os partidários do “tudo ou nada” são vistos como utópicos e extremistas.

É necessário, pensamos, um julgamento mais claro e desapassionado sobre o assunto, normalmente discutido com os ânimos exaltados. Nós propomos, assim, o estabelecimento de algumas poucas razões pelas quais, assim como nos parece, as duas partes possam se considerar aliadas, e não adversárias.

* Texto publicado em “Os Direitos dos Animais Considerados em Relação ao Progresso Social em 1892”.

Imagina-se freqüentemente que na luta contra qualquer grande crueldade ou injustiça (vivisseção, por exemplo) devemos fazer uma escolha precisa e definitiva entre uma política de abolição total e aquela em que o caminho deve estar completamente certo enquanto os outros inteiramente errados. Esta postura, porém, ousamos dizer, é um equívoco, pois não existe uma última razão, na maioria dos casos (podem, naturalmente, haver exceções), porque uma mesma pessoa ou uma mesma sociedade não poderia pleitear ao mesmo tempo bem-estarismo e abolicionismo, de acordo com a luz na qual a questão seja encarada – isto é, à luz de um futuro mais próximo ou de um mais remoto. Pois, como as mudanças normalmente não vêm de uma só vez, mas parceladamente, o reformador prático deve fixar os olhos não apenas em um horizonte, mas em dois; e ao mesmo tempo em que se protege contra o erro de sacrificar a meta distante pela mais próxima, deve igualmente estar atento à perda da meta mais próxima pela ansiedade em chegar a uma meta mais distante. Em uma palavra, não há necessidade de restrição ou abolição, mas de restrição e abolição; pois a primeira não deve ser uma alternativa, mas a introdução e porta de entrada, digamos, para a última.

A mente mais arguta é aquela que pode olhar tanto para o presente quanto para o futuro, para o real e o ideal, e ao mesmo tempo em que está parcialmente satisfeita com a “metade do pão”, está completamente satisfeita com nada menos que o pão inteiro. Para ilustrar o que queremos dizer, vamos citar as palavras de alguém que seguramente não pode ser acusado de qualquer falta de profundidade ou devoção – o poeta Shelley: “Você sabe que os meus princípios incitam-me a obter tudo de bom que eu posso ter na política, sempre aspirando por algo mais. Eu sou daqueles que nunca vai estar plenamente satisfeito, mas que esta prestes a ficar parcialmente satisfeito com aquilo que é possível”. É por acreditar que esta é a regra de ouro dos humanistas – obter todo o bem possível e ao mesmo tempo sempre aspirar por alguma coisa mais – que nós lamentamos ver o conflito que

vem crescendo, por exemplo, no movimento antivivisseccionista, entre aqueles que desejam “restringir” e aqueles que desejam “abolir” a crueldade nos laboratórios.

É bom que aqueles que pensam desta forma trabalhem pela completa proibição, mas é absurdo dizer, como fazem alguns, que a política de medidas paliativas seja um perigo para a causa antivivisseccionista. Tal compreensão tem apoio, sem dúvida, na idéia de que a aceitação proverbial da “metade do pão” como melhor do que “não ter pão algum”, envolve o sacrifício de toda a reivindicação pela outra metade do pão; mas isto, é claro, é um mal entendido. De outro lado, é um pouco menos injusto representar os abolicionistas como meros sonhadores e doutrinários; porque em um horizonte longínquo, assim como em um mais próximo, deve se ter bem em vista se algum progresso efetivo está ocorrendo.

Passando da questão da vivisseção para a dos matadouros, encontramos as mesmas diferenças de opinião. A Ordem da Idade de Ouro, por exemplo, tem ultimamente afirmado que, qualquer coisa que as sociedades possam fazer, não se deve nunca “defender a troca substituição do abate tradicional pelo abate humanitário”, ou buscar qualquer medida que não seja o fim do consumo de carne. A Ordem provavelmente conhece bem o seu próprio negócio. Mas é bem plausível para os humanistas defenderem (e praticarem) o vegetarianismo como solução mais completa para o problema da alimentação, e ainda assim lutar por reformas mais viáveis, tais como aqueles que incrementam métodos mais seguros de abate. Isto é feito pelo Departamento de Dieta Humanitária da Liga Humanitária, e não se foi descoberto que tais ações envolvam qualquer quebra de princípio ou coerência.

Uma política semelhante tem sido seguida pelo Departamento de Esportes da Liga, que, embora condenando, por razões morais, todos os chamados esportes que inflijam sofrimento aos animais, têm concentrado suas campanhas legislativas na proibição de certos entretenimentos mais degradantes, tais como a

caça de veados, corridas de coelhos e caça de aves com armadilhas. O departamento, na verdade, é benestarista no presente e abolicionista no futuro; e aqui novamente a política de medidas paliativas, adicionando-se a busca de princípios mais abrangentes, parece obter excelentes resultados.

Em conclusão, vamos esclarecer esta nebulosa confusão, prevalente em muitos quadrantes, de que aqueles que rejeitam compromissos e objetivam apenas a abolição estão necessariamente tomando o mais árduo e elevado caminho. Geralmente é o contrário. São inúmeros os casos em que a tarefa mais árdua e difícil – exige uma maior capacidade de raciocínio e força interior – consiste em ser capaz de manter a fé no futuro vívida e ardente, tal qual o mais fervoroso entusiasta, e ainda assim, (como Shelley) ser capaz de aceitar a mais humilde parcela de uma reforma. Por outro lado, não é sinal de genuína sensatez simplesmente objetivar aquilo que é chamado de “prático”; o pensamento mais sensato é aquele que consegue olhar tanto para o presente como para o futuro, para o real e para o ideal, e, ao mesmo tempo em que se satisfaz parcialmente com a “meta-de do pão”, está completamente satisfeito com nada menos do que o pão inteiro.

Da nossa parte, não temos nenhuma desavença com aqueles que são apenas abolicionistas nem com aqueles que são apenas benestaristas; cada um deve fazer aquilo que pode. Mas nós esperamos que os membros da Liga Humanitária esforcem-se, sempre que possível, em adotar uma política mais completa e sábia – isto é, que sejam benestaristas e abolicionistas ao mesmo tempo. Os humanistas têm uma difícil luta diante deles contra o poder da crueldade e opressão, e eles não podem se abster de usar suas inteligências e os seus corações contra elas.

A estupidez, em uma batalha como essa, retardará a causa mais nobre. E as críticas que assistimos entre os defensores de medidas abolicionistas e paliativas nos choca, e se podermos dizer, simplesmente estúpidas.